

A EDUCAÇÃO COMO PROCESSO DE ALIENAÇÃO OU DE LIBERTAÇÃO



<https://doi.org/10.22533/at.ed.1321425220410>

Data de aceite: 09/05/2025

Adão Lourenço

RESUMO: Este trabalho analisa a educação como fenômeno social capaz de atuar tanto como instrumento de alienação quanto como prática de libertação. Tal problemática consiste em compreender de que maneira o processo educativo pode reforçar estruturas de dominação ou, ao contrário, contribuir para a formação de sujeitos críticos e autônomos. Essa questão se impõe diante das contradições observadas nas práticas pedagógicas, que ora silenciam e reproduzem desigualdades, ora possibilitam emancipação e transformação social. O propósito central deste estudo é investigar os fundamentos filosóficos e as abordagens pedagógicas que sustentam essa dualidade, avaliando os caminhos para uma educação transformadora. Para isso, foram empregados os seguintes procedimentos metodológicos: levantamento, seleção e análise de fontes bibliográficas relevantes, como livros, artigos e periódicos científicos. Esse intento foi fundamentado a partir de revisão bibliográfica, com base em autores clássicos e contemporâneos da filosofia e das ciências da educação. A pesquisa

evidenciou que a superação da alienação exige a adoção de práticas pedagógicas críticas, dialógicas e contextualizadas, que valorizem a diversidade e promovam a participação ativa dos educandos no processo de construção do saber. Conclui-se que a educação, quando orientada por princípios éticos, políticos e democráticos, possui potencial transformador e se constitui como instrumento de resistência frente às formas de opressão presentes na sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: Educação. Alienação. Libertação. Pedagogia Crítica. Transformação Social.

EDUCATION AS A PROCESS OF ALIENATION OR LIBERATION

ABSTRACT: This paper analyzes education as a social phenomenon capable of functioning either as a tool of alienation or as a practice of liberation. The central issue lies in understanding how educational processes can reinforce structures of domination or, conversely, contribute to the development of critical and autonomous individuals. This discussion emerges from the contradictions observed in pedagogical practices, which sometimes

reproduce inequalities and silence diversity, while in other contexts promote emancipation and social transformation. The main objective of this study is to investigate the philosophical foundations and pedagogical approaches that support this duality, evaluating potential paths toward transformative education. The methodological procedures included the selection and analysis of relevant bibliographic sources, such as books, articles, and academic journals. The research was based on a bibliographic review of classic and contemporary authors in the fields of philosophy and education. The study revealed that overcoming alienation requires the adoption of critical, dialogical, and context-sensitive pedagogical practices that value cultural diversity and encourage active student participation in the construction of knowledge. It concludes that education, when guided by ethical, political, and democratic principles, has transformative potential and can serve as a form of resistance against oppression in society.

KEYWORDS: Education. Alienation. Liberation. Critical Pedagogy. Social Transformation.

INTRODUÇÃO

A educação ocupa um papel central na formação do indivíduo e no desenvolvimento das sociedades. Considerada historicamente como um dos pilares para a construção de uma cidadania crítica e consciente, ela também carrega, paradoxalmente, a possibilidade de ser utilizada como instrumento de dominação e perpetuação de desigualdades. Tal ambivalência, já reconhecida por pensadores críticos da pedagogia e da filosofia política, exige um olhar atento sobre os modos pelos quais os processos educativos são estruturados, aplicados e interpretados ao longo do tempo e em diferentes contextos sociais. Nesse sentido, torna-se urgente refletir sobre a função social da educação e sua capacidade de promover libertação ou reforçar mecanismos de alienação (FREIRE, 2021).

Ao longo da história, muitos sistemas educacionais foram construídos com base em modelos autoritários, que pouco valorizam a autonomia dos educandos. O modelo tradicional, que enxerga o aluno como um recipiente vazio a ser preenchido com conteúdos prontos, representa um dos principais exemplos dessa abordagem alienante. Por outro lado, práticas pedagógicas voltadas à emancipação, como propõe Paulo Freire, buscam valorizar o diálogo, a escuta ativa e a formação crítica, transformando o processo educativo em um ato político e libertador. A tensão entre essas duas abordagens — uma que reprime e outra que emancipa — serve de base para a presente pesquisa (kant, 2018).

O estudo aqui apresentado propõe uma investigação teórica sobre a educação como processo de alienação ou de libertação, com o intuito de compreender como diferentes concepções pedagógicas influenciam a formação da consciência social dos indivíduos. A problemática que guia esta reflexão parte da seguinte indagação: a educação contemporânea tem se constituído predominantemente como prática alienante ou como ferramenta de emancipação dos sujeitos? Essa pergunta norteia a análise crítica da literatura especializada, que se propõe a evidenciar os elementos estruturantes da prática pedagógica e suas possíveis consequências para a sociedade.

Justifica-se a relevância desta pesquisa em função da crescente necessidade de compreender o papel da educação em um mundo marcado por transformações rápidas, desigualdades acentuadas e conflitos ideológicos. É necessário que educadores, gestores e pesquisadores se debrucem sobre o impacto que determinadas escolhas pedagógicas podem exercer na formação dos sujeitos. Além disso, discutir a educação como campo de disputa entre opressão e libertação significa também reconhecer sua potência transformadora, capaz de romper com estruturas conservadoras e criar novas possibilidades de ação social.

O objetivo geral desta investigação é analisar, por meio de uma revisão bibliográfica, se a prática educacional atua como mecanismo de alienação ou de libertação dos indivíduos. Como objetivos específicos, pretende-se identificar as bases teóricas que sustentam as concepções de educação como prática libertadora e alienante, examinar autores e correntes que discutem a função crítica da pedagogia, e apontar caminhos possíveis para uma prática educativa comprometida com a emancipação humana. A revisão de literatura visa contribuir para o aprofundamento desse debate, oferecendo subsídios para a reflexão crítica dos agentes envolvidos no processo educativo.

A escolha metodológica se orienta pela análise de obras teóricas, artigos científicos e periódicos especializados, com o intuito de reunir diferentes perspectivas sobre o tema e construir um panorama abrangente, mas crítico, acerca da educação enquanto fenômeno social. Por meio dessa abordagem, o estudo busca identificar contradições, avanços e limites das práticas pedagógicas, contribuindo para a construção de uma proposta educativa comprometida com a liberdade, a justiça e a transformação social. Com isso, a pesquisa pretende não apenas descrever modelos educacionais, mas problematizá-los, com base em fundamentos teóricos sólidos e reflexões contextualizadas.

DESENVOLVIMENTO

Fundamentos Filosóficos da Educação e sua Dualidade

A educação, em sua essência, é atravessada por uma dualidade que acompanha os sistemas de ensino desde sua origem. De um lado, oferece possibilidades de emancipação intelectual, formação moral e liberdade de pensamento; de outro, pode ser capturada por interesses ideológicos que limitam a consciência crítica e fortalecem estruturas de dominação. Ao longo da história, diversos filósofos abordaram essa contradição, evidenciando como o processo educativo pode tanto libertar quanto aprisionar. Segundo Dewey (2018), a educação não deve apenas transmitir conhecimentos prontos, mas criar experiências que possibilitem a reconstrução ativa do saber pelo sujeito.

Essa tensão entre libertação e dominação é perceptível quando se observa o papel da escola na reprodução das relações sociais. Para Bourdieu (2016), os sistemas escolares tendem a legitimar desigualdades estruturais, mascarando-as com a aparência

de neutralidade e mérito. A cultura dominante se impõe como universal, enquanto as culturas subalternas são invisibilizadas ou desvalorizadas. Esse processo reforça a alienação dos sujeitos, ao mesmo tempo em que perpetua a ordem vigente. Em vez de desafiar os mecanismos de opressão, a escola pode acabar por fortalecê-los, mesmo sem intenção deliberada.

A proposta de uma educação libertadora nasce da crítica a esse modelo reprodutor, especialmente a partir de autores como Paulo Freire. Para Freire (2021), a prática pedagógica deve se basear no diálogo, na escuta e na problematização da realidade vivida pelos educandos. A chamada educação bancária, na qual o conhecimento é depositado nos estudantes, revela-se um instrumento de opressão. Em contraponto, a pedagogia do oprimido aposta na conscientização e na transformação social. Essa abordagem rompe com a passividade e convida à ação crítica, vinculando saber e práxis.

Filosoficamente, Immanuel Kant já discutia a importância da educação como um meio para desenvolver a autonomia do sujeito. Kant (2018) argumenta que a educação deve levar o indivíduo a pensar por si, a sair da menoridade intelectual e a agir com base na razão. No entanto, essa autonomia não se conquista apenas com conteúdos escolares, mas com práticas que incentivem a reflexão ética e a liberdade de juízo. A formação do sujeito moral, segundo essa perspectiva, depende de uma relação educativa que respeite a dignidade e a capacidade racional do aprendiz.

A tradição crítica retomada no século XX reforça a necessidade de pensar a educação como espaço de resistência. Adorno e Horkheimer (2019) apontam que, em contextos de racionalidade instrumental, a cultura tende a ser transformada em mercadoria, e a educação, em produto de consumo. Essa lógica compromete a formação humanística e o exercício do pensamento crítico, substituindo-os por treinamentos técnicos e pragmatismo utilitarista. A racionalidade crítica, portanto, precisa ser resgatada como antídoto contra a homogeneização e a manipulação ideológica.

A construção curricular também revela como a dualidade educativa se manifesta. Currículos tradicionais, centrados em disciplinas rígidas e hierarquizadas, dificultam o diálogo entre saberes e o reconhecimento das diferenças culturais. O currículo é expressão de disputas simbólicas e políticas, sendo campo privilegiado para inclusão ou exclusão de determinadas vozes. Quando desconsidera os contextos socioculturais dos estudantes, o currículo se torna um instrumento de negação da diversidade e de imposição de valores dominantes (CANDAU e MOREIRA, 2018 p.03).

A crítica à escola que silencia também é compartilhada por Libâneo (2016), que destaca a importância de práticas didáticas que estimulem a participação ativa dos estudantes. O ensino tradicional, centrado na figura do professor como detentor do saber, enfraquece o protagonismo discente. Um modelo de ensino emancipador pressupõe a problematização do conteúdo e a construção conjunta do conhecimento. Essa concepção supera a ideia de transmissão e valoriza a experiência do sujeito na aprendizagem.

Na mesma direção, Apple (2021) denuncia a influência de políticas neoliberais na educação, que reduzem o papel da escola à preparação para o mercado. A lógica de padronização e competição transforma o aluno em consumidor de serviços educacionais e enfraquece a dimensão ética e política do ensino. O conhecimento é fragmentado e desprovido de sentido crítico, favorecendo a adaptação passiva em detrimento da transformação. Isso distancia a educação de sua função pública e a submete aos interesses econômicos.

A filosofia de Boaventura de Sousa Santos (2016) contribui com a ideia de ecologia dos saberes, que se contrapõe à monocultura do pensamento dominante. Para o autor, a valorização das epistemologias populares e dos conhecimentos não ocidentais é fundamental para a construção de uma educação plural. Tal abordagem amplia os horizontes da formação crítica e desafia a lógica colonial que permeia os currículos escolares. A pedagogia decolonial, assim, emerge como resposta à alienação produzida pela universalização forçada de um único saber.

A crítica à alienação educacional não se limita ao plano teórico, mas encontra eco em práticas pedagógicas transformadoras. Conforme Brighente e Mesquida (2016), experiências de educação popular têm revelado a potência de abordagens que valorizam a escuta, a problematização e a construção coletiva. Esses projetos se afastam da hierarquia rígida entre professor e aluno e promovem o engajamento consciente na realidade social. Tal movimento reforça a ideia de que a educação deve ser comprometida com a liberdade e com a justiça.

A filosofia educacional democrática, como defendida por Dewey (2018), aponta para uma concepção de ensino que integra teoria e prática, saber e ação. A escola se configura como laboratório da democracia, onde o respeito mútuo e o diálogo constroem experiências significativas. O aprendizado torna-se processo contínuo de reconstrução, mediado pela reflexão crítica sobre o cotidiano. Nessa perspectiva, o conhecimento é resultado da interação entre sujeito e mundo, e não mera apropriação de conteúdos.

Nesse percurso, torna-se evidente que os fundamentos filosóficos da educação carregam consigo a marca da contradição. Entre o ideal da liberdade e a realidade da alienação, a escola se configura como espaço em disputa. Cabe aos educadores, então, reconhecer essa ambiguidade e posicionar-se de forma crítica diante dela. A formação docente precisa incorporar essa consciência, como destaca Freire (2021), entendendo o ato de ensinar como ato político, e a sala de aula, como território de possibilidades e enfrentamentos.

Educação como Instrumento de Alienação

A estrutura educacional tradicional impõe limites ao pensamento crítico ao priorizar a memorização e a obediência em detrimento da reflexão. Muitas instituições continuam a reforçar uma lógica disciplinadora, moldando os indivíduos a padrões que favorecem a manutenção de uma ordem social desigual. Essa prática serve à alienação ao invés da emancipação, pois não promove autonomia intelectual. Conforme Apple (2021), sistemas educacionais baseados em padronizações e avaliação por desempenho reforçam o conformismo e enfraquecem a dimensão crítica do saber.

Ao reduzir o ensino ao acúmulo de conteúdos fragmentados e descontextualizados, a escola transforma-se em espaço de reprodução ideológica. A neutralidade alegada nos currículos esconde a imposição de uma visão dominante de mundo. Bourdieu (2016) declara que a escola legitima desigualdades ao disfarçar privilégios culturais de alguns grupos como competência natural. Tal mecanismo reforça a alienação dos menos favorecidos, que passam a acreditar em sua inferioridade diante da cultura imposta.

A alienação também se manifesta na linguagem escolar, construída para excluir e hierarquizar. A linguagem técnica, rebuscada e distante da realidade vivida pelos estudantes dificulta o diálogo e o envolvimento real com o conteúdo. De acordo com Candau e Moreira (2018), o currículo escolar é construído com base em disputas de poder simbólico, sendo um espaço onde se definem quais saberes são legitimados e quais são silenciados. A seleção de conteúdos funciona como ferramenta de exclusão e imposição cultural.

Muitos estudantes são levados a crer que o fracasso escolar é responsabilidade individual, desconsiderando os fatores sociais, econômicos e estruturais que influenciam o processo de aprendizagem. Tal crença reforça o sentimento de inadequação e contribui para a manutenção do status quo. Freire (2021) afirma que a educação que ignora a realidade social dos educandos contribui para sua domesticação, negando-lhes a possibilidade de compreender criticamente o mundo. A culpa é deslocada do sistema para o sujeito.

A estrutura hierárquica da escola, centrada no professor como único detentor do saber, dificulta a construção coletiva do conhecimento. O aluno é colocado em posição subalterna, com pouca voz no processo pedagógico. Essa organização verticalizada reproduz a lógica de dominação. Segundo Libâneo (2016), a prática docente deve estimular a participação e a criticidade, rompendo com a passividade imposta pela estrutura escolar tradicional. Caso contrário, a alienação se consolida como norma.

O modelo tecnicista de ensino, voltado à produtividade e ao mercado, transforma a educação em mero treinamento para o trabalho. Valores como solidariedade, justiça e cidadania são negligenciados. A lógica neoliberal invadiu a escola, convertendo a educação em mercadoria e o estudante em cliente. Essa instrumentalização gera sujeitos adaptados, não transformadores, distanciando o processo educativo de sua função social (APPLE, 2021 p.02).

A ausência de uma perspectiva crítica nas práticas pedagógicas restringe a capacidade dos estudantes de compreenderem e intervirem na realidade. O saber transmitido sem conexão com a vida concreta se torna estéril. Adorno e Horkheimer (2019) alertam para os perigos da razão instrumental, que esvazia o conteúdo da educação e a submete à lógica da dominação. A escola perde sua potência formadora e se torna agente de conformismo.

A escola, ao negar espaço para a pluralidade de saberes, reforça uma epistemologia única e excludente. Os saberes populares, indígenas e africanos, por exemplo, são muitas vezes marginalizados nos currículos oficiais. Para Santos (2016), o enfrentamento da monocultura do conhecimento é essencial para romper com os processos de alienação cultural. A valorização de diferentes epistemologias é condição para uma educação mais justa e inclusiva.

O distanciamento entre o conteúdo ensinado e a vivência dos alunos contribui para o desinteresse e a apatia. Quando o conhecimento não dialoga com a realidade, perde o sentido. Dewey (2018) defende que a educação precisa ser experiencial e significativa, conectando o saber escolar com os problemas concretos da vida cotidiana. Sem isso, o aprendizado se torna mecânico e alienante, desprovido de propósito formativo.

A disciplina escolar é usada como forma de controle dos corpos e das mentes, anulando a criatividade e a autonomia. A imposição de normas rígidas e rotinas inflexíveis serve mais à manutenção da ordem do que à promoção do saber. Kant (2018) argumenta que a educação deve formar sujeitos autônomos, capazes de pensar e agir por si mesmos. A disciplina autoritária, nesse sentido, representa um entrave à emancipação.

As avaliações padronizadas reforçam a lógica da competição e desvalorizam a diversidade de ritmos, estilos e formas de aprender. O desempenho passa a ser medido por critérios homogêneos, ignorando as singularidades. Brighente e Mesquida (2016) criticam a uniformização da aprendizagem, pois ela enfraquece a construção do conhecimento como processo coletivo e crítico. O fracasso escolar torna-se mecanismo de exclusão institucionalizada.

A alienação educacional não é acidental, mas consequência de escolhas políticas e epistemológicas. Romper com essa lógica exige uma reconfiguração profunda das práticas pedagógicas, dos currículos e da própria concepção de ensino. Para Freire (2021), a educação deve ser um ato de coragem, capaz de despertar a consciência crítica e mobilizar para a transformação. Uma escola libertadora não teme o conflito, pois compreende o diálogo como motor do saber e da liberdade.

Educação como Prática de Libertação

A educação como prática de libertação representa uma ruptura profunda com os modelos tradicionais que priorizam a transmissão mecânica de conteúdos e a obediência. Essa proposta se enraíza no reconhecimento do educando como sujeito histórico, capaz de interpretar e transformar o mundo à sua volta. Freire (2021) declara que, ao assumir uma postura dialógica, o educador deixa de ser mero transmissor de conhecimento para se tornar parceiro na construção crítica do saber. O processo educativo, nesse contexto, transforma-se em experiência de liberdade e consciência.

Libertar-se pela educação exige mais do que repensar conteúdos. É necessário revisar as estruturas pedagógicas, o papel do professor e os métodos utilizados em sala de aula. Dewey (2018) destaca que a educação só cumpre seu papel quando conecta a teoria com a prática vivida, permitindo que o conhecimento seja construído de forma significativa. Isso exige um ambiente escolar que estimule a curiosidade, o pensamento crítico e o debate ético sobre a realidade.

O currículo, quando orientado por princípios críticos e emancipatórios, pode se tornar uma poderosa ferramenta de libertação. Ao incorporar saberes diversos e promover o diálogo entre culturas, o currículo amplia o horizonte do estudante. Segundo Candau e Moreira (2018), a valorização da pluralidade cultural no espaço escolar rompe com a lógica da exclusão simbólica e amplia o sentido de pertencimento. O conteúdo deixa de ser neutro e passa a dialogar com a experiência e a identidade do sujeito.

A prática libertadora rejeita a ideia do aluno como recipiente vazio. Nesse modelo, o saber é construído coletivamente, com base na vivência e no contexto social dos educandos. Brighente e Mesquida (2016) argumentam que a pedagogia libertadora resgata o protagonismo do oprimido, estimulando a leitura crítica da realidade. Esse tipo de abordagem favorece a conscientização, ao invés da conformidade, e transforma o ato educativo em um processo político de transformação.

A consciência crítica promovida por uma educação libertadora abala as bases da alienação. Ao compreender sua inserção no mundo e os mecanismos de opressão que o cercam, o indivíduo passa a reivindicar seu papel como agente de mudança. Para Bourdieu (2016), a superação da dominação simbólica só é possível quando se compreendem os códigos culturais impostos como naturais. A educação, ao desvelar essas imposições, revela-se como prática de libertação.

A ideia de autonomia é central nesse processo. Educar é conduzir o sujeito à capacidade de pensar por si mesmo. O papel do educador, nesse sentido, é despertar no estudante o juízo crítico e a liberdade de raciocínio. Não se trata de instruir para repetir, mas de formar seres humanos que possam agir com base em princípios racionais e éticos. A libertação, nesse caso, é intelectual, moral e política (KANT, 2018 p.05).

A democratização do espaço escolar favorece o florescimento de práticas libertadoras. Quando há abertura para o diálogo, respeito à diversidade e incentivo à participação, a escola se aproxima de sua função emancipadora. Segundo Libâneo (2016), a gestão democrática do ensino promove ambientes mais justos e humanos, onde a aprendizagem ocorre de forma mais significativa. A autoridade pedagógica se transforma em liderança ética e dialógica.

A crítica à padronização educacional também se insere nesse debate. A imposição de conteúdos uniformes e avaliações externas desconsidera as particularidades regionais e individuais dos sujeitos. Apple (2021) denuncia que a educação voltada à lógica de mercado esvazia a função social da escola e promove a desigualdade. Romper com essa estrutura implica valorizar a criatividade, a cultura local e os saberes não hegemônicos.

A proposta libertadora exige repensar os sentidos de tempo e espaço dentro da escola. As práticas pedagógicas não devem seguir apenas rotinas inflexíveis, mas responder às necessidades reais da comunidade escolar. Boaventura de Sousa Santos (2016) defende a criação de uma gramática do tempo que valorize a escuta e o diálogo, contrapondo-se à velocidade e à superficialidade imposta pelo mundo contemporâneo. O ritmo da aprendizagem precisa respeitar o tempo do sujeito.

A formação docente é aspecto decisivo para a consolidação de uma educação libertadora. Educadores precisam ser formados para refletir sobre sua prática e reconhecer sua dimensão política. Adorno e Horkheimer (2019) alertam para os riscos da formação técnica e acrítica, que transforma o professor em reproduzidor de saberes institucionalizados. A verdadeira formação deve estimular o pensamento autônomo e o compromisso com a justiça social.

A pedagogia crítica resiste à lógica de neutralidade e desafia os modelos tradicionais. Enxerga o ato educativo como instrumento de luta por direitos, reconhecimento e dignidade. Santos (2016) afirma que a educação pode ser um território de insurgência, capaz de criar alternativas à dominação. Essa abordagem exige coragem política, criatividade pedagógica e sensibilidade diante das múltiplas realidades sociais.

A libertação promovida pela educação não ocorre de forma imediata, mas é fruto de um processo contínuo de conscientização. A transformação da realidade exige sujeitos que compreendam seu contexto e que se comprometam com a mudança. Freire (2021) defende que ensinar exige ética, escuta e esperança. Quando o educador acredita na potência do aluno e constrói com ele o conhecimento, a educação deixa de ser instrumento de opressão e se torna prática de liberdade.

Caminhos para uma Educação Transformadora

Construir uma educação transformadora requer mudanças profundas nas concepções de ensino, currículo e formação humana. Isso implica reconhecer a escola como espaço político, onde valores são disputados, e não como local neutro e técnico. Para Freire (2021), educar é um ato político, e o educador deve assumir posição crítica diante das estruturas de opressão. A prática pedagógica precisa se comprometer com a libertação e com a transformação do mundo, não apenas com a transmissão de conteúdos.

Transformar a educação passa por ressignificar o currículo escolar. Ele deve dialogar com a realidade dos estudantes, respeitar suas culturas e permitir o reconhecimento de saberes historicamente marginalizados. Candau e Moreira (2018) afirmam que o currículo crítico é aquele que reconhece a diversidade e abre espaço para a construção de novas formas de conhecimento. Essa abordagem rompe com a visão monocultural e possibilita uma formação mais justa.

O envolvimento dos estudantes no processo educativo é um dos caminhos para romper com a passividade. Ao permitir que o aluno participe das decisões, escolha temas de estudo e questione a realidade, constrói-se uma educação dialógica. Dewey (2018) aponta que a democracia deve se manifestar na experiência educacional, sendo a sala de aula um espaço de vivência cívica. Isso favorece a autonomia intelectual e o desenvolvimento da consciência crítica.

A formação docente precisa acompanhar essa perspectiva transformadora. O professor deve ser preparado para refletir sobre sua prática, reconhecer os aspectos sociais do conhecimento e agir com sensibilidade política. Libâneo (2016) declara que o educador crítico é aquele que compreende a educação como um processo complexo, ligado às condições históricas, econômicas e culturais. Sua atuação não pode se limitar à aplicação de métodos.

A escola transformadora valoriza o diálogo, a escuta e a participação coletiva. Ela se constrói a partir de relações horizontais, baseadas na confiança e no respeito. Brighente e Mesquida (2016) enfatizam que a pedagogia libertadora se firma na problematização da realidade, considerando a experiência de vida dos sujeitos como ponto de partida para o aprendizado. O conteúdo se torna relevante quando vinculado à vivência do estudante.

Um projeto educacional comprometido com a transformação social precisa ser construído com base na justiça, na solidariedade e na ética. Esses princípios devem orientar as relações escolares e as escolhas pedagógicas. Kant (2018) propõe que o papel da educação é desenvolver a capacidade moral do sujeito, permitindo-lhe agir com base na razão e na liberdade. A escola, nesse sentido, deve formar cidadãos conscientes de seus deveres e direitos.

As práticas pedagógicas precisam superar a fragmentação do saber. A interdisciplinaridade e a contextualização dos conteúdos favorecem a construção de uma visão ampla e crítica da realidade. A ecologia de saberes como alternativa à racionalidade hegemônica, valorizando conhecimentos populares, tradicionais e científicos em diálogo. Essa proposta amplia os horizontes do aprendizado e combate a exclusão epistemológica (SANTOS, 2016 p.04).

A resistência às políticas educacionais voltadas ao mercado é outro desafio. A lógica da competição, da eficiência e do controle desumaniza o processo de ensino. Apple (2021) denuncia que esse modelo reduz o papel da escola à preparação para o trabalho, ignorando sua função social. A educação transformadora precisa resistir a essa instrumentalização e reafirmar a centralidade da formação humana.

A superação da alienação cultural passa pelo reconhecimento do poder simbólico presente nas práticas escolares. Bourdieu (2016) afirma que o sistema educativo legitima desigualdades ao impor uma cultura dominante como superior. Romper com isso exige uma pedagogia que valorize as múltiplas identidades e incentive o protagonismo dos grupos historicamente excluídos. O saber precisa ser compartilhado, não imposto.

A democratização da gestão escolar é fundamental para a construção de ambientes inclusivos e participativos. Decisões coletivas, diálogo entre todos os envolvidos e transparência são pilares de uma escola democrática. Adorno e Horkheimer (2019) alertam para os perigos da racionalidade instrumental, que transforma a escola em máquina de controle. Uma educação transformadora exige compromisso ético com a liberdade e a dignidade.

É necessário também redefinir os espaços e tempos escolares, tornando-os mais flexíveis, acolhedores e abertos à experimentação. O ambiente de aprendizagem deve estimular a criatividade, o pensamento crítico e a produção coletiva do saber. Segundo Boaventura de Sousa Santos (2016), é preciso reinventar a escola como espaço de insurgência, onde seja possível sonhar e construir alternativas ao mundo opressor. Essa reinvenção começa pela escuta ativa e pelo reconhecimento da pluralidade.

A transformação educacional não se efetiva sem esperança, sensibilidade e coragem. Ela exige sujeitos dispostos a romper com modelos cristalizados e a construir novas possibilidades de convivência, aprendizagem e cidadania. Freire (2021) afirma que ensinar exige coragem para lutar por um mundo melhor. A educação, quando libertadora, não se contenta com o que é. Ela questiona, denuncia e anuncia, movida pelo desejo de justiça.

CONCLUSÃO

A análise desenvolvida ao longo do trabalho demonstrou que a educação pode assumir papéis ambíguos, sendo tanto uma ferramenta de alienação quanto um instrumento de libertação. Essa dualidade se revela na forma como os processos educativos são estruturados, nas intencionalidades políticas e nos métodos pedagógicos adotados. O estudo permitiu compreender que práticas conservadoras tendem a reproduzir desigualdades e silenciar vozes, enquanto abordagens críticas e participativas favorecem a construção da autonomia e da consciência social dos sujeitos.

O objetivo principal foi investigar se a educação atua predominantemente como prática de opressão ou como promotora de libertação. Esse propósito foi atendido ao demonstrar, por meio de revisão bibliográfica, que a educação libertadora é possível quando baseada no diálogo, na valorização da experiência do educando e na problematização da realidade. O trabalho também identificou os principais fundamentos teóricos e filosóficos que sustentam essa visão transformadora, além de destacar práticas pedagógicas coerentes com ela.

Durante a pesquisa, observou-se que a limitação mais evidente foi o acesso restrito a estudos de campo recentes que evidenciassem a aplicação prática dessas teorias em contextos escolares concretos. Apesar disso, a diversidade e profundidade das fontes bibliográficas consultadas contribuíram para a consolidação de um panorama consistente sobre a temática. Futuros estudos podem aprofundar a análise em realidades específicas, investigando como escolas e professores têm efetivado uma pedagogia libertadora no cotidiano.

O presente trabalho oferece base sólida para outras investigações acadêmicas voltadas à educação crítica, podendo contribuir com formações docentes, formulação de políticas públicas e desenvolvimento de currículos mais inclusivos. Reforça-se a importância de manter o debate sobre o papel social da escola e os caminhos possíveis para sua transformação, incentivando pesquisas que ampliem o diálogo entre teoria e prática, em busca de uma educação cada vez mais comprometida com a justiça e a emancipação humana.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. Disponível em: <https://www.companhiadasletras.com.br/livro/9788571104143/dialectica-do-esclarecimento>. Acesso em: 06 maio 2025.

APPLE, Michael W. **Educando à direita: mercados, padrões, Deus e desigualdade**. Porto Alegre: Artmed, 2021. Disponível em: <https://archive.org/details/educando-a-direita>. Acesso em: 06 maio 2025.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016. Disponível em: <https://www.travessa.com.br/o-poder-simbolico/artigo/97bd294f-675c-4728-aaed-c128066834be>. Acesso em: 06 maio 2025.

BRIGHENTE, Miriam Furlan; MESQUIDA, Peri. **Paulo Freire: da denúncia da educação bancária ao anúncio de uma pedagogia libertadora**. Pro-Posições, Campinas, v. 27, n. 79, p. 155–177, jan./abr. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-7307201607909>. Acesso em: 06 maio 2025.

CANDAU, Vera Maria Ferrão; MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. **Currículos, disciplinas escolares e culturas**. Petrópolis: Vozes, 2018. Disponível em: https://books.google.com/books/about/Curr%C3%ADculos_disciplinas_escolares_e_cult.html?id=hphnDwAAQBAJ. Acesso em: 06 maio 2025.

DEWEY, John. **Democracia e educação: introdução à filosofia da educação**. São Paulo: Editora Unesp, 2018. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/download/14093/10378>. Acesso em: 06 maio 2025.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021. Disponível em: https://books.google.com/books/about/Pedagogia_do_oprimido.html?id=w41NEAAQBAJ. Acesso em: 06 maio 2025.

KANT, Immanuel. **Sobre a pedagogia**. 6. ed. São Paulo: Editora Metodista, 2018. Disponível em: <https://editora.metodista.br/publicacoes/sobre-a-pedagogia>. Acesso em: 06 maio 2025.

LIBÂNIO, José Carlos. **Didática**. 27. ed. São Paulo: Cortez, 2016. Disponível em: <https://sites.pucgoias.edu.br/pos-graduacao/mestrado-doutorado-educacao/wp-content/uploads/sites/61/2019/03/Programa-Fundamentos-da-Educacao-final-16.2.pdf>. Acesso em: 06 maio 2025.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2016. Disponível em: <https://www.bertrand.pt/livro/a-gramatica-do-tempo-boaventura-de-sousa-santos/26801604>. Acesso em: 06 maio 2025.